



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 27 de Julho de 2011 (27.07)  
(OR. en)**

**13301/11**

**COPEN 192  
EUROJUST 119  
EJN 98**

**NOTA**

---

de:	Secretariado-Geral
para:	Delegações
Assunto:	Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho de 26 de Fevereiro de 2009 que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido – Versão consolidada da certidão relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade

---

Junto se envia, à atenção das delegações, a versão consolidada da certidão relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade.

---

**CERTIDÃO**

a que se refere o artigo 4.º da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de Novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia<sup>1</sup>

(a)	*	Estado de emissão: .....
	*	Estado de execução: .....

(b)	Tribunal que proferiu a sentença que impôs a condenação transitada em julgado: Designação oficial: .....
	A sentença foi proferida em (indicar a data: DD/MM/AAAA): .....
	A sentença transitou em julgado em (indicar a data: DD/MM/AAAA): .....
	Número de referência da sentença (se disponível): .....

---

<sup>1</sup> "A presente certidão deve ser redigida ou traduzida numa das línguas oficiais do Estado-Membro de execução, ou noutra língua aceite por esse Estado."

(c) Informações relativas à autoridade que pode ser contactada para eventuais perguntas relacionadas com a certidão

1. Tipo de autoridade: Por favor, assinale a quadrícula adequada:

☐ Autoridade central

.....

☐ Tribunal

.....

☐ Outras autoridades

.....

2. Contactos da autoridade indicada no ponto 1:

Designação oficial:

.....

.....

Endereço:

.....

.....

Telefone: (indicativo nacional) (indicativo regional)

.....

.....

Fax : (indicativo nacional) (indicativo regional)

.....

.....

E-mail (se disponível): .....

3. Línguas em que é possível comunicar com a autoridade:

4. Pessoa(s) a contactar a fim de obter informações suplementares para efeitos de execução da sentença ou de determinação do procedimento de transferência (nome, título/grau, telefone, fax, e-mail), se diferentes do ponto 2: .....

.....

.....

(d) Dados relativos à pessoa a quem foi imposta a condenação:

Apelido:

.....

Nome(s) próprio(s):

.....

Apelido de solteira (eventualmente):

.....

Alcunhas e pseudónimos (eventualmente):

.....

Sexo:

.....

Nacionalidade:

.....

Número de identificação ou número de segurança social (se disponível):

.....

Data de nascimento:

.....

Local de nascimento:

.....

Último endereço/residência conhecido(s):

.....

Língua ou línguas que a pessoa compreende (quando conhecida(s)):

.....

.....

A pessoa condenada encontra-se:

☐ no Estado de emissão e deve ser transferida para o Estado de execução.

☐ no Estado de execução e o cumprimento da pena terá lugar nesse Estado.

.....

Informações adicionais a fornecer, se disponíveis e adequadas:

1. Fotografia e impressões digitais da pessoa, e/ou contactos da pessoa a contactar a fim de obter essas informações:

.....

2. Tipo e número de referência do bilhete de identidade ou passaporte da pessoa condenada

.....

3. Tipo e número de referência do título de residência da pessoa condenada:

.....

4. Outras informações pertinentes relacionadas com os laços familiares, sociais ou profissionais da pessoa condenada no Estado de execução.

.....

.....

- (e) Pedido de detenção provisória pelo Estado de emissão (caso a pessoa condenada se encontre no Estado de execução):

- ☐ O Estado de emissão solicita ao Estado de execução que detenha a pessoa condenada ou tome qualquer outra medida para garantir que a mesma se mantivesse no seu território, enquanto se aguarda a decisão de reconhecimento e execução da condenação.
- ☐ O Estado de emissão já tinha solicitado ao Estado de execução que detivesse a pessoa condenada ou tomasse qualquer outra medida para garantir que a mesma se mantivesse no seu território, enquanto se aguardar a decisão de reconhecimento e execução da condenação. Indicar o nome da autoridade do Estado de execução que tomou a decisão sobre o pedido de detenção da pessoa (se aplicável e disponível):

.....

.....

.....

(f) Relação com um mandado de detenção europeu (MDE) anterior:

- ☐ Foi emitido um MDE para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade e o Estado de execução compromete-se a executá-las (artigo 4.º, n.º 6, da Decisão-Quadro relativa ao MDE).

Data de emissão do MDE e, se disponível, número de referência:

.....

Designação da autoridade que emitiu o MDE:

.....

Data da decisão de proceder à execução e, caso disponível, o número de referência:

.....

Designação da autoridade que proferiu a decisão de proceder à execução da condenação:

.....

- ☐ Foi emitido um MDE para efeitos de procedimento penal contra uma pessoa que é nacional ou residente do Estado-Membro de execução, e este procedeu à entrega da pessoa na condição de que esta seja devolvida ao Estado-Membro de execução para nele cumprir a pena ou medida de segurança privativas de liberdade proferida contra ela no Estado-Membro de emissão (artigo 5.º, n.º 3 da Decisão-Quadro relativa ao MDE).

Data da decisão de proceder à entrega da pessoa:

.....

Designação da autoridade que proferiu a decisão de proceder à entrega:

.....

Número de referência da decisão, se disponível:

.....

Data de entrega da pessoa, se disponível: .....

(g) Motivos da transmissão da sentença e da certidão (caso tenha preenchido a quadrícula f), não é necessário preencher esta quadrícula):

A sentença e a certidão foram transmitidas ao Estado de execução porque a autoridade de emissão considera que a execução da condenação por esse Estado contribuirá para atingir o objectivo de facilitar a reinserção social da pessoa condenada e:

- ☐ a) O Estado de execução é o Estado da nacionalidade da pessoa condenada onde ela vive.
- ☐ b) O Estado de execução é o Estado de nacionalidade da pessoa condenada, para o qual a pessoa condenada será reconduzida uma vez cumprida a pena, na sequência de uma medida de expulsão ou de recondução à fronteira, incluída numa sentença ou numa decisão judicial ou administrativa, ou em qualquer outra medida decorrente da sentença. Se a medida de expulsão ou recondução à fronteira não estiver incluída na sentença, indicar o nome da autoridade que proferiu a decisão, a data de emissão e o número de referência, se disponível: .....
- ☐ c) O Estado de execução é um Estado que não o Estado referido nas alíneas a) e b), cuja autoridade competente consente a transmissão da sentença e da certidão a esse Estado.
- ☐ d) O Estado de execução procedeu à notificação, nos termos do artigo 4.º, n.º 7, da decisão-quadro, e:
  - ☐ confirma-se que, tanto quanto é do conhecimento da autoridade competente do Estado de emissão, a pessoa condenada vive e reside legal e ininterruptamente há pelo menos cinco anos no Estado de execução e nele manterá o direito de residência permanente, ou
  - ☐ confirma-se que a pessoa condenada tem a nacionalidade do Estado de execução.

(h) Sentença que impõe uma condenação:

1. A presente sentença respeita a um total de ... infracção(ões).

Exposição sumária dos factos e descrição das circunstâncias em que a(s) infracção(ões) foi(foram) cometida(s), incluindo a hora e o local do crime e a natureza da participação da pessoa condenada:

.....

.....

.....

.....

Natureza e qualificação jurídica da(s) infracção(ões) e disposições legais aplicáveis, subjacentes à sentença proferida:

.....

.....

.....

2. Se a(s) infracção(ões) identificada(s) no ponto 1 constituir(em), nos termos da lei do Estado de emissão, uma ou várias das infracções a seguir indicadas, e for(em) puníveis nesse Estado com pena de prisão ou medida privativa de liberdade de duração máxima não inferior a três anos, confirmar, assinalando a(s) quadrícula(s) adequada(s)):

- ☐ Participação numa organização criminosa
- ☐ Terrorismo
- ☐ Tráfico de seres humanos
- ☐ Exploração sexual de crianças e pedopornografia
- ☐ Tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas



- ☐ Tráfico de armas, munições e explosivos
- ☐ Corrupção
- ☐ Fraude, incluindo a fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias na aceção da Convenção de 26 de Julho de 1995, relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias
- ☐ Branqueamento dos produtos do crime
- ☐ Falsificação de moeda, incluindo a contrafacção do euro
- ☐ Cibercriminalidade
- ☐ Crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico ilícito de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas
- ☐ Auxílio à entrada e à permanência irregulares;
- ☐ Homicídio voluntário, ofensas corporais graves
- ☐ Tráfico ilícito de órgãos e tecidos humanos
- ☐ Rapto, sequestro e tomada de reféns
- ☐ Racismo e xenofobia
- ☐ Roubo organizado ou à mão armada
- ☐ Tráfico ilícito de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte
- ☐ Burla
- ☐ Extorsão de protecção e extorsão

- ☐ Contrafacção e piratagem de produtos
- ☐ Falsificação de documentos administrativos e respectivo tráfico
- ☐ Falsificação de meios de pagamento
- ☐ Tráfico ilícito de substâncias hormonais e de outros estimuladores de crescimento
- ☐ Tráfico ilícito de materiais nucleares e radioactivos
- ☐ Tráfico de veículos furtados
- ☐ Violação
- ☐ Fogo posto
- ☐ Crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional
- ☐ Desvio de avião ou de navio
- ☐ Sabotagem

3. Se a(s) infracção(ões) identificada(s) no ponto 1 não estiver(em) abrangida(s) pelo ponto 2, ou se a sentença e a certidão forem transmitidas ao Estado-Membro que tenha declarado que irá verificar a dupla incriminação (artigo 7.º, n.º 4, da decisão-quadro), apresentar a descrição completa da(s) infracção(ões) em causa:

.....

.....

.....

(i) Informações sobre a sentença que impõe a condenação:

1. Indicar se a pessoa esteve presente no julgamento que conduziu à decisão:

1. Sim, a pessoa esteve presente no julgamento que conduziu à decisão.

2. Não, a pessoa não esteve presente no julgamento que conduziu à decisão.

3. Se assinalou a quadrícula no ponto 2, queira confirmar se se verifica uma das seguintes situações:

3.1a. a pessoa foi notificada pessoalmente em ... (DD/MM/AAAA) e desse modo informada da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão e informada de que essa decisão podia ser proferida mesmo não estando presente no julgamento:

OU

3.1b. a pessoa não foi notificada pessoalmente, mas recebeu efectivamente por outros meios uma informação oficial da data e do local previstos para o julgamento que conduziu à decisão, de uma forma que deixou inequivocamente estabelecido que teve conhecimento do julgamento previsto, e foi informada de que podia ser proferida uma decisão mesmo não estando presente no julgamento;

OU

3.2. tendo conhecimento do julgamento previsto, a pessoa conferiu mandato a um defensor designado por si ou pelo Estado para a sua defesa em tribunal e foi efectivamente representada por esse defensor no julgamento;

OU

3.3. a pessoa foi notificada da decisão em ... (DD/MM/AAAA) e foi expressamente informada do direito a novo julgamento ou a recurso e a estar presente nesse julgamento ou recurso, que permite a reapreciação do mérito da causa, incluindo novas provas, e pode conduzir a uma decisão distinta da inicial:

\_\_\_\_\_ a pessoa declarou expressamente que não contestava a decisão;

\_\_\_\_\_ OU

\_\_\_\_\_ a pessoa não requereu novo julgamento ou recurso dentro do prazo aplicável.

4. Se assinalou a quadrícula nos pontos 3.1b, 3.2 ou 3.3 supra, queira fornecer informações sobre a forma como foi preenchida a condição pertinente:

.....  
.....

2. Indicações relativas à duração da pena:

2.1. Duração total da pena (em dias): .....

2.2. A totalidade do período de privação de liberdade já cumprido no âmbito da condenação a respeito da qual foi emitida a sentença (em dias):

..... em (...) (indicar a data em que foi efectuado o cálculo: DD/MM/AAAA):.....

2.3. Número de dias a deduzir da totalidade da pena, por motivos diferentes do indicado no ponto 2.2. (por exemplo, amnistias, perdões ou medidas de clemência, etc., já concedidas em relação a essa pena): (p.ex. amnistias, perdões ou medidas de clemência, etc., já concedidas em relação a essa pena):....., em (indicar a data em que foi efectuado o cálculo: DD/MM/AAAA):.....

2.4. Data em que expira o cumprimento da pena no Estado de emissão:

- ☐ Não se aplica, porque a pessoa não se encontra actualmente presa
- ☐ A pessoa encontra-se presa actualmente e a pena, ao abrigo da lei do Estado de emissão, será integralmente cumprida até (indicar data: DD/MM/AAAA)<sup>1</sup>:.....

---

<sup>1</sup> Inserir aqui a data até à qual a pena será integralmente cumprida (sem ter em conta as possibilidades de qualquer forma eventual de libertação antecipada e/ou de liberdade condicional) se a pessoa ficar no Estado de emissão.

3. Tipo de pena:

- ☐ pena de prisão
- ☐ medida de segurança que envolve privação de liberdade (especificar):

.....

j) Informação relativa à libertação antecipada ou liberdade condicional:

1. Nos termos da legislação nacional do Estado de emissão, a pessoa condenada tem direito a libertação antecipada ou à liberdade condicional, tendo cumprido:

- ☐ metade da pena
- ☐ dois terços da pena
- ☐ outra parte da pena (especificar):

2. A autoridade competente do Estado de emissão pede para ser informada sobre:

- ☐ As disposições aplicáveis na legislação nacional do Estado de execução em matéria de libertação antecipada ou de liberdade condicional da pessoa condenada;
- ☐ O início e o fim do período de libertação antecipada ou de liberdade condicional.

(k) Opinião da pessoa condenada:

1. ☐ A pessoa não pôde ser ouvida por já se encontrar no Estado de execução.

2. ☐ A pessoa encontra-se no Estado de emissão e:

- a. ☐ solicitou a transmissão da sentença e da certidão
- ☐ consentiu na transmissão da sentença e da certidão
- ☐ não consentiu na transmissão da sentença e da certidão (indicar os motivos aduzidos):

.....

.....

- b. ☐ A opinião da pessoa condenada está apenas.
- ☐ A opinião da pessoa condenada já foi transmitida ao Estado de execução em (indicar data: DD/MM/AAAA):.....

(l) Outras circunstâncias relevantes para o processo (informação facultativa):

.....

.....

(m) Informação final:

O texto da(s) sentença(s) foi apenso à certidão<sup>1</sup>.

Assinatura da autoridade que emite a certidão e/ou do seu representante que certifica a exactidão do conteúdo da mesma

.....

Nome:.....

Função (título/grau):.....

Data:.....

(event.) Carimbo oficial

\_\_\_\_\_

---

<sup>1</sup> A autoridade competente do Estado de emissão deverá enviar em anexo todas as sentenças relacionadas com o processo que são necessárias a fim de ter todas as informações sobre a sentença final a executar. Poderão também ser anexadas as traduções da(s) sentença(s) que estejam disponíveis.